



REQUERIMENTO N.º ____/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Barra do Piraí,

O Vereador **WANDERSON LUÍS BARBOSA LEMOS**, que a este subscreve, com fulcro no art. 123, § 3º, VII, c/c o Art. 247, *caput*, todos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Barra do Piraí - RICMBP (Resolução nº 05 de 19.11.1992), após a regular tramitação regimental, reporta-se à presença de Vossa Excelência, **pugnando pelo envio do presente requerimento à Excelentíssima Senhora Prefeita de Barra do Piraí**, quanto a informações acerca da situação do “Centro de Estímulo ao Desenvolvimento no Transtorno de Espectro Autista - TEA”

No dia 12 de março de 2025, este vereador fora surpreendido por inúmeras mensagens, ligações e publicações em redes sociais relatando quanto ao fechamento do “Centro de Estímulo ao Desenvolvimento no Transtorno de Espectro Autista - TEA”, impossibilitando o regular atendimento aos usuários. Logo, com vistas à consecução da função fiscalizatória inerente ao Poder Legislativo, dirigi-me até o local ao qual pude constatar a veracidade dos relatos, verificando que o centro encontrava-se de portas fechadas, sem a prestação do atendimento as famílias assistidas pelo Centro.

Em contrapartida, em sede de alegação a Prefeitura justificou a suspensão temporária das atividades sob o argumento que estariam sendo realizadas melhorias estruturais, manutenções e serviços de limpeza, com previsão de retorno somente em 14/04/2025. No entanto, no dia seguinte, fora divulgado, por meio de redes sociais que a suspensão fora cancelada sendo, portanto, retomado os atendimentos.

Diante do exposto, considerando que o atendimento no “Centro de Estímulo ao Desenvolvimento no TEA” impacta diretamente na rotina das famílias assistidas que necessitam deste atendimento, solicito esclarecimentos e documentos comprobatórios sobre **os contratos em vigor relacionados ao fornecimento de serviços, insumos e de contratação de pessoal junto a unidade de atendimento em tela.**

Contando com o estrito cumprimento da Lei, em nome da Ordem Democrática, colocamo-nos ao seu à disposição nesta Casa de Leis e reitero elevados protestos de estima e consideração.

Sala Barão do Rio Bonito, 17 de março de 2025.

Wanderson Luis Barbosa Lemos
Vereador



Justificativa

A fiscalização dos atos e gastos do Poder Executivo é função típica, constitucionalmente atribuída aos integrantes do Poder Legislativo, como preceitua o Princípio dos Freios e Contrapesos, segundo o qual, cada um dos Poderes da República, em nome do interesse público, fiscaliza e supervisiona o outro Poder da República.